

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR PRESIDENTE DA SEÇÃO DE DIREITO PÚBLICO DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO – SP

**Referência: Recurso extraordinário na apelação nº 1008407-92.2021.8.26.0114**

**BIONOVIS S.A. - COMPANHIA BRASILEIRA DE BIOTECNOLOGIA FARMACÊUTICA**, já devidamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, vem, por meio de seus advogados que assinam ao final (**doc. 01**), com fundamento no art. 1.042 do CPC, interpor **AGRAVO EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO** em face da decisão de **fls. 386/388**, que inadmitiu o recurso extraordinário interposto pela da ora Agravante, na forma das razões anexas.

Requer-se que seja realizada oitiva da parte contrária e que seja reconsiderada a decisão de fls. 386/388, na forma do art. 1.042, § 4º, do CPC. Ao contínuo, requer-se que os autos sejam encaminhados ao Supremo Tribunal Federal para os devidos fins.

Por fim, requer-se o cadastramento do nome do advogado **MARCOS CORREIA PIQUEIRA MAIA**, OAB/RJ nº 146.276, para fins de recebimento das intimações no presente feito, sob pena de nulidade (art. 272, §2º, do CPC/2015).

Nesses termos, pede deferimento.

São Paulo/SP, 25 de novembro de 2022.



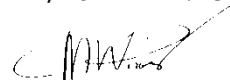
**EDUARDO MANEIRA**  
OAB/RJ nº 112.792-A



**MARCOS MAIA**  
OAB/RJ nº 146.276



**DONOVAN MAZZA LESSA**  
OAB/RJ nº 121.282



**MICHEL H. NORONHA PIRES**  
OAB/SP nº 394.180



**MARCELO FERRAZ PINHEIRO**  
OAB/SP nº 410.081

## RAZÕES DE AGRAVO EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO

**Processo:** Apelação nº 1008407-92.2021.8.26.0114

**Agravante:** Bionovis S.A. – Companhia Brasileira de Biotecnologia farmacêutica

**Agravada:** Estado de São Paulo

### 1. TEMPESTIVIDADE.

A decisão de fls. 386/388 foi publicada em 03.11.2022 (quinta-feira), conforme se constata da certidão de fls. 389. Sendo assim, considerando que o prazo de 15 dias (previsto no artigo 1.042, do CPC/2015) se iniciou em **04.11.2022** (sexta-feira), o termo final será apenas em 29.11.2022 (terça-feira), tendo em vista a ausência de regular expediente forense **(i)** nos dias 14 e 15.11.2022 (Proclamação da República), previstos na Lei Federal nº 662/49 e no Provimento CSM nº 2.641/2021 do TJSP (**doc. nº 02**); e **(ii)** no dia 28.11.2022 (segunda-feira), nos termos do Provimento CSM nº 2.672/2022 (**doc. 03**) e do artigo 224, § 1º, do Código de Processo Civil. Assim sendo, não há dúvidas acerca da tempestividade do presente recurso.

### 2. SÍNTESE DOS FATOS.

Trata-se de mandado de segurança que foi impetrado pela ora Agravante no intuito de ver reconhecido o seu direito de aplicar a **isenção** prevista no **art. 92, inc. XIV do Anexo I do RICMS/SP** às operações com o **medicamento RITUXIMABE**.

A Agravante é uma *joint venture* de biotecnologia farmacêutica que realiza a **importação** do referido medicamento e, em seguida, o comercializa para ser distribuído aos **hospitais públicos** pertencentes ao **Sistema Único de Saúde (SUS)**. É, portanto, instituição privada que atua em parceria com o setor público para a **distribuição de medicamentos na rede pública de saúde**. Vale dizer que o RITUXIMABE é medicamento de alto custo e de uso contínuo, utilizado no tratamento de linfoma não Hodgkin, artrite reumatoide, leucemia linfóide crônica, entre outros.<sup>1</sup>

A disputa jurídica tem como pano de fundo **as seguintes circunstâncias**, que

<sup>1</sup> Veja-se descrição no website da Bio-Manguinhos (FIOCRUZ):  
<https://www.bio.fiocruz.br/index.php/br/produtos/biofarmacos/rituximabe>

são **incontroversas** nos autos:

- (i) O **Decreto nº 65.254/2020** alterou a redação do art. 92, inc. XIV do Anexo I do RICMS/SP para **limitar** a isenção às operações **destinadas** a hospitais públicos, santas casas e entidades beneficentes;<sup>2</sup>
- (ii) Em razão de **Termo de Execução Descentralizada de Recursos** celebrado entre o **MINISTÉRIO DA SAÚDE** e a **FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (FIOCRUZ)**, a fundação é responsável pela aquisição e distribuição do RITUXIMABE no âmbito do SUS;
- (iii) Nesse contexto, a Agravante importa o RITUXIMABE e, após o desembaraço aduaneiro, **dá saídas ao Instituto de Tecnologia em Imunológicos (Bio-Manguinhos/FIOCRUZ)**<sup>3</sup>, **que realiza a distribuição aos hospitais públicos no âmbito do SUS, conforme acordo celebrado com o Ministério da Saúde.**

**A controvérsia jurídica, portanto, restringe-se a saber se o simples fato de a distribuição do medicamento ser descentralizada – realizada pelo Instituto Bio-Manguinhos (FIOCRUZ) – descaracteriza a operação como sendo uma operação destinada aos hospitais públicos do Sistema Único de Saúde (SUS).**

O mero fato de haver um intermediário (que também é instituição pública) jamais poderia descaracterizar as operações como sendo fornecimento de

<sup>2</sup> Eis a redação dada ao art. 92, inc. XIV do Anexo I do RICMS/SP pelo Decreto nº 65.254/2020:

ANEXO I – ISENÇÕES

(Isenções a que se refere o artigo 8º deste regulamento)

Artigo 92 (MEDICAMENTOS) - Operações com os medicamentos adiante indicados (Convênio ICMS 140/01): (Redação dada ao "caput" do artigo pelo Decreto 66.250, de 19-11-2021; DOE 20-11-2021; em vigor em 1º de dezembro de 2021)

XIV - rituximabe, NBM/SH 3002.10.38;

§ 4º - A isenção prevista neste artigo: (Parágrafo acrescentado pelo Decreto 65.254, de 15-10-2020, DOE 16-10-2020; em vigor em 1º de janeiro de 2021)

1. aplica-se, apenas, nas operações destinadas a:

a) hospitais públicos federais, estaduais ou municipais;

b) santas casas;

2. poderá ser concedida, total ou parcialmente, a outras entidades beneficentes e assistenciais hospitalares, nos termos, condições e prazos estabelecidos em resolução conjunta das Secretarias da Fazenda e Planejamento, de Saúde e de Projetos, Orçamento e Gestão.

<sup>3</sup> O Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos (**Bio-Manguinhos**) é a unidade da **Fundação Oswaldo Cruz (FioCruz)** responsável por pesquisa, inovação, desenvolvimento tecnológico e pela produção de vacinas, kits para diagnóstico e biofármacos voltados para atender prioritariamente às demandas da saúde pública nacional.

<https://www.bio.fiocruz.br/index.php/br/home/quem-somos>

medicamentos ao setor público. Esse racional, aliás, foi percebido pelo juízo de primeira instância e devidamente registrado na sentença (às fls. 180-181):

*“É que a impetrante não revende o medicamento que importa (Rituximab) diretamente para hospitais públicos ou santas casas, mas para a Bio-Manguinhos, que é uma unidade da Fundação Osvaldo Cruz (FIOCRUZ) destinada ao atendimento das demandas farmacêuticas do sistema público de saúde.*

***A Bio-Manguinhos, por sua vez, faz a distribuição à rede pública** - em se tratando de medicamento oncológico, aos Centros de Alta Complexidade em Oncologia; e estes, aos pacientes que dele necessitem.*

***Portanto, ainda que com um intermediário (também ente público), o medicamento está sendo fornecido a hospitais públicos ou filantrópicos.***

*O fato de a impetrante ser uma joint venture de biotecnologia farmacêutica, formada por quatro empresas líderes do mercado farmacêutico, em nada modifica a situação, pois a isenção não é estabelecida em seu favor, mas como forma de desonerar os medicamentos destinados ao SUS.*

*Tampouco é relevante a existência (notória, por sinal) de demandas judiciais para o fornecimento de Rituximab. Em tais demandas, habitualmente, é ao ente público (Estado ou Município) que é a incumbida a obrigação de fazer consistente no fornecimento do medicamento, mesmo porque padronizado e disponível na rede pública; não é usual que o medicamento seja importado diretamente pelo particular, às custas do ente público (o que somente ocorre quando se trata de medicamento não disponível no Brasil, o que não é o caso dos autos).*

*Desta forma, o pedido comporta acolhimento*

*Isto posto, CONCEDO A SEGURANÇA, para reconhecer a isenção de ICMS na importação do medicamento Rituximabe, bem como em sua posterior saída tendo como destinatário a Bio-Manguinhos (Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos).” (Grifou-se)*

Como se pode perceber, a sentença compreendeu a **finalidade** da isenção concedida e constatou que a exigência do ICMS somente viria a onerar o próprio Poder Público, que disponibiliza os recursos para aquisição do medicamento e distribuição no âmbito do SUS.

Nada obstante, o Tribunal de Justiça de São Paulo, em uma interpretação restritiva e equivocada (com a devida vênia), reformou a sentença, sob o argumento de que as normas isentivas devem ser interpretadas literalmente. Veja-se o trecho principal do acórdão:

*“Ocorre que, em 15.10.2020, foi editado o Decreto Estadual nº 65.254, em vigor em 1º.01.2021, que restringiu a isenção de ICMS somente àquelas operações com o fármaco “RITUXIMABE” que tivessem como destinatários os hospitais públicos federais, estaduais ou municipais ou, ainda, as santas casas, com ressalva de que “poderá ser concedida, total ou parcialmente, a outras entidades beneficentes e assistenciais hospitalares, nos termos, condições e prazos estabelecidos em resolução conjunta das Secretarias da Fazenda e Planejamento, de Saúde e de Projetos, Orçamento e*

*Gestão", logo, a princípio, considerando que o destinatário do medicamento importado pela impetrante não está incluído naquele rol taxativo, não há que se falar em direito à isenção que deve ser interpretada literalmente, de acordo com o disposto no art. 111, II, do CTN –, nem mesmo sob o argumento de que, ao final da cadeia de operações, o fármaco seria destinado exclusivamente à rede pública de saúde." (Grifou-se)*

Ocorre que, ao assim decidir, o TJSP adotou **interpretação teratológica**, que **restringe** a isenção, impedindo que ela se aplique ao caso concreto de fornecimento de medicamentos ao SUS. A conclusão do acórdão, como obviamente se percebe, colide com a finalidade central da norma isentiva, que é desonerar as operações destinadas aos hospitais públicos e, assim, **viola o princípio da razoabilidade**.

Em face do acórdão foram opostos embargos de declaração, os quais, todavia, foram desprovidos.

Diante disso, foi interposto o recurso extraordinário, no qual se demonstra, especialmente, que o acórdão proferido pelo tribunal *a quo* incorreu em clara violação **(i)** ao princípio da **razoabilidade** e **(ii)** aos princípios da **boa-fé** e da **confiança** (desdobramentos do princípio da moralidade) e da **eficiência**, previstos no **art. 37 da Constituição Federal**.

Ocorre que, não obstante os sólidos fundamentos jurídicos suscitados, o **recurso extraordinário** restou **inadmitido** pelos seguintes fundamentos:

- (i)** o acórdão recorrido teria violado a Constituição Federal apenas de forma reflexa, de modo que a análise de violação ao dispositivo constitucional demandaria "o exame de matéria infraconstitucional", o que é vedado pela súmula 636/STF;
- (ii)** a revisão do entendimento da Turma Julgadora exigiria o reexame do contexto fático e probatório dos autos, em afronta à súmula nº 279/STF;

Nesse contexto, a Agravante vem interpor o presente Agravo em Recurso Extraordinário, com fulcro no art. 1.042 do CPC, por entender que as razões de inadmissão não podem subsistir.

Adiante, passa-se a impugnar cada um dos fundamentos da decisão agravada, cumprindo o requisito de cabimento do presente agravo, em atenção ao disposto no art. 932, inciso III, do CPC/2015.

### 3. RAZÕES PARA PROVIMENTO DO AGRAVO EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO.

#### 3.1. Da inocorrência de violação à súmula 279/STF. Fatos incontroversos.

A situação fática objeto dos presentes autos é, deveras, **simples e objetiva, nunca tendo se tornado controvertida.**

Como já dito, a Impetrante, ora Agravante, importa o medicamento RITUXIMABE e o vende para a Bio-Manguinhos (Fundação FIOCRUZ), que é responsável pela distribuição aos hospitais do Sistema Único de Saúde (SUS). Veja-se o registro nesses exatos termos no acórdão da apelação:

Traçadas essas premissas, no caso em debate, conforme adiantado, a impetrante BIONOVIS S.A. - COMPANHIA BRASILEIRA DE BIOTECNOLOGIA FARMACÊUTICA, pessoa jurídica de direito privado, sustenta que teria direito ao benefício fiscal previsto na redação original do art. 92, XIV, do Anexo I, do RICMS/00 - "Ficam isentas as operações com os medicamentos adiante indicados, classificados nos códigos da Nomenclatura Brasileira de Mercadorias - Sistema Harmonizado - NBM/SH" -, haja vista que efetua operações de importação do medicamento "RITUXIMABE" na condição para revenda (e não para futura transferência de tecnologia) para a Fundação FIOCRUZ - Bio-Manguinhos, responsável pela distribuição dos medicamentos no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.

O que o recurso extraordinário almeja responder é apenas se, dentro das premissas fáticas delineadas pelo acórdão (incontroversas nos autos), a ora Agravante teria direito de gozar da isenção prevista no art. 92, inc. XIV, do Anexo I do RICMS/SP.

O acórdão recorrido entendeu que o fato de o medicamento ser inicialmente remetido à FIOCRUZ para, apenas posteriormente, ser distribuído no âmbito do SUS, impediria a aplicação da isenção referida. Contudo, tal entendimento configura



clara ofensa direta e frontal **(i)** ao princípio da razoabilidade e **(ii)** aos princípios da boa-fé e da confiança (desdobramentos do princípio da moralidade) e da eficiência, previstos no art. 37 da Constituição Federal.

Não pretende a Agravante, por meio do seu recurso extraordinário outrora interposto, alterar as premissas fáticas do acórdão recorrido. Afinal, o acórdão adota os fatos exatamente como narrados na petição inicial, inclusive, porque nunca houve controvérsia sobre a situação fática, vale repetir.

Em outras palavras, **a Agravante não questiona os fatos estabelecidos no acórdão recorrido, mas os toma como pressuposto para questionar a correção ou incorreção das conclusões do acórdão à luz da Constituição.**

Portanto, resta evidente a inaplicabilidade da Súmula nº 279/STF ao caso concreto, devendo a decisão agravada ser reformada, para admitir o recurso extraordinário interposto.

### **3.2. Inaplicabilidade da súmula nº 636/STF. Violação direta e frontal à Constituição Federal.**

Noutro ponto, a decisão agravada afirma que o recurso extraordinário não poderia ser admitido, uma vez que seria aplicável a súmula nº 636/STF:

*“Aplica-se ainda, à hipótese, mutatis mutandis, a **Súmula n.º 636/STF** (‘Não cabe recurso extraordinário por contrariedade ao princípio constitucional da legalidade, quando a sua verificação pressuponha rever a interpretação dada a normas infraconstitucionais pela decisão recorrida’).”*

Não é verdade, pois as razões recursais demonstram **ofensa direta (i)** ao **princípio da razoabilidade** e **(ii)** ao **art. 37 da Constituição**, do qual são extraídos os princípios da boa-fé e da proteção à confiança (desdobramentos do princípio da moralidade) e o princípio da eficiência.

O **princípio da razoabilidade** é considerado princípio implícito na Constituição e já foi utilizado por este e. Supremo Tribunal Federal para decidir as mais

diversas matérias.<sup>4</sup> Dentre as suas diversas acepções, está a "diretriz que exige a relação das normas gerais com as individualidades do caso concreto"<sup>5</sup>.

Pois bem. Como diretriz geral pertinente ao presente feito, tem-se a determinação de que isenções devem ser interpretadas literalmente, não podendo ser estendidas para além do escopo pretendido pelo legislador.

Contra tal, a ora Agravante não se insurge. Todavia, **questiona se a interpretação altamente restritiva adotada pelo e. TJSP está em consonância com o princípio da razoabilidade**. Isto é, questiona-se se a interpretação restritiva adotada está em consonância com as especificidades do caso concreto.

Na operação descrita, tem-se a venda de medicamentos aos hospitais públicos do SUS por intermédio da Bio-Manguinhos (FIOCRUZ), em razão do termo de execução descentralizada de distribuição de medicamentos firmado com o Ministério da Saúde.

Por certo, nas saídas promovidas pela Agravante, há duas entidades – ambas pertencentes ao setor público – que ocupam a posição de destinatários:

- **Destinatário imediato – Bio-Manguinhos/FIOCRUZ**, que adquire os medicamentos com verbas liberadas pelo Ministério da Saúde e realiza a distribuição no âmbito do SUS;

---

<sup>4</sup> Vejamos alguns exemplos:

**PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE** - INTERPRETAÇÃO DE NORMAS LEGAIS - REPRESENTAÇÃO PELO ESTADO - DISPENSA DA COMPROVAÇÃO DA QUALIDADE DE PROCURADOR. O princípio da razoabilidade, a direcionar no sentido da presunção do que normalmente ocorre, afasta a exigência, como ônus processual, da prova da qualidade de procurador do Estado por quem assim se apresenta e subscreve ato processual. O mandato é legal e decorre do disposto nos artigos 12 e 132, respectivamente do Código de Processo Civil e da Constituição Federal.

(RE 192553, Relator(a): MARCO AURÉLIO, Segunda Turma, julgado em 15/12/1998, DJ 16-04-1999)

EMENTA: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. § 1º DO ART. 16 DA LEI N. 11.457/2007. CRIAÇÃO DA "SUPER-RECEITA". COMPETÊNCIA DA PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL PARA A COBRANÇA DE CRÉDITOS DE QUALQUER NATUREZA INSCRITOS NA DÍVIDA ATIVA. PRAZO PARA IMPLEMENTAÇÃO DA FASE DOIS DA "SUPER- RECEITA" COM OBSERVÂNCIA DO DISPOSTO NOS ARTS. 18 E 19 DA LEI N. 11.457/2007. ALEGAÇÃO DE **OFENSA AOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE**, DA EFICIÊNCIA ADMINISTRATIVA E DA CONTINUIDADE DO SERVIÇO PÚBLICO: NÃO CONFIGURAÇÃO. AÇÃO DIRETA JULGADA IMPROCEDENTE. (ADI 4068, Relator(a): CÁRMEN LÚCIA, Tribunal Pleno, julgado em 05/08/2020, PROCESSO ELETRÔNICO DJe 25-08-2020)

<sup>5</sup> ÁVILA, Humberto. **Teoria dos Princípios**: da definição à aplicação dos princípios jurídicos. 15ª ed. São Paulo: Malheiros, 2014.



- **Destinatário final – hospitais públicos do SUS**, que recebem os medicamentos importados e vendidos pela Agravante para aplicação no tratamento dos pacientes.

O que fez o e. TJSP, portanto? Adotou uma interpretação absolutamente restritiva e concluiu que, na hipótese em que a venda ao hospital público é intermediada pela FIOCRUZ (que também é uma instituição pública, frise-se), não se trataria verdadeiramente de venda destinada a hospital público. Noutros termos, nessa hipótese, o hospital público não seria verdadeiramente um destinatário das operações com o RITUXIMABE.

Ora, a conclusão **carece de lógica** e, a bem da verdade, causa certa **perplexidade**.

**A compra do medicamento, pela FIOCRUZ, com recursos financeiros do Ministério da Saúde, exclusivamente para distribuição no âmbito do SUS não é uma operação destinada ao setor público?**

O pressuposto de que a isenção em comento somente se aplica aos destinatários taxativamente previstos na norma não permite desconsiderar que, no caso concreto, há um destinatário imediato e um destinatário final. À luz do **princípio da razoabilidade**, o fato de o destinatário final ser hospital pertencente ao SUS é suficiente para se concluir pela aplicabilidade da isenção.

Mas não é só.

O acórdão recorrido concluiu que nada obstava a autoridade tributária de limitar a isenção prevista no art. 92, inc. XIV do Anexo I do RICMS/SP, muito embora tenha sido registrado no acórdão que:

*A ora Agravante “optou por se estabelecer e construir sua fábrica no Estado de São Paulo justamente por força dos incentivos concedidos por esta unidade federativa, como se observa do Ofício GS SDECTI nº 0046/2015(Doc. 03), expedido pelo Governo de São Paulo, em 10/02/2015.”*

*“Nesse mesmo sentido, a Impetrante também firmou contratos de Parceria para o Desenvolvimento Produtivo PDP’s com o Ministério da Saúde, os quais têm como*

*principal objetivo fomentar o desenvolvimento nacional para reduzir os custos de aquisição dos medicamentos e produtos para saúde que atualmente são importados ou que representam um alto custo para o SUS."*

*"Por conta do deferimento de tais benefícios, a Impetrante se obrigou a instalar sua fábrica no Estado e está comprometida com o Governo de São Paulo a fornecer seus produtos ao SUS."*

A despeito de reconhecer as tratativas existentes entre o Estado e a Agravante, as quais culminaram na instalação de sua fábrica no Estado de São Paulo e em parceria para distribuição de medicamentos à saúde pública, o acórdão conclui pela possibilidade de limitação ou revogação da isenção em exame. E é neste ponto que se constata violação direta ao **art. 37 da Constituição Federal**, *in verbis*:

*"Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, **moralidade**, publicidade e **eficiência** e, também, ao seguinte:" (Grifou-se)*

Conforme ensina o professor Humberto Ávila<sup>6</sup>, o **princípio da moralidade** administrativa desempenha uma dupla função: (i) para o Estado, a função de evitar comportamentos desleais e não fundamentados, os quais são atentatórios à boa-fé; (ii) para o cidadão, o direito ao mínimo de previsibilidade acerca da carga tributária em que estará sujeito, evitando a sua frustração e a sua surpresa.

Ocorre que, no presente caso, vê-se que a ora Agravante foi surpreendida com a exigência de ICMS sobre medicamentos que estavam sendo importados com a finalidade exclusiva de serem posteriormente distribuídos ao SUS.

Ou seja, desde sempre, soube o Estado que a Agravante havia firmado acordos com o Ministério da Saúde para distribuição de medicamentos no âmbito da saúde pública e sempre se soube também que a FIOCRUZ (Bio-Manguinhos) age em nome do Ministério da Saúde na execução desta distribuição.

É evidente, portanto, que **a exigência do ICMS no caso, sob a alegação de que o destinatário final não seria hospital público, atenta contra a boa-fé e contra o princípio da proteção da confiança**. Age a Administração Pública em violação ao art. 37

<sup>6</sup> ÁVILA, Humberto. Teoria da Segurança Jurídica. Malheiros. 6ª edição, 2021. Páginas 206-262

da Constituição e incorre na mesma violação o acórdão recorrido quando chancela a cobrança.

Por fim, há violação ao princípio da **eficiência administrativa**<sup>7</sup>, **porque ao denegar** a isenção do ICMS sobre as operações de importação e distribuição dos medicamentos aos hospitais públicos e Santas Casas – **prejudica-se o próprio Poder Público, eis que este suportará a majoração do preço de tais medicamentos.**

No caso concreto, há de se notar que se trata da incidência de tributo indireto (o ICMS), em que o encargo financeiro deste tributo é transferido ao consumidor final. Portanto, a isenção desonera a operação para beneficiar exclusivamente o adquirente, que é o próprio Poder Público.

É irônico, portanto, que ao se implantar a distribuição descentralizada pela FIOCRUZ visando maior eficiência, conclua-se por afastar a isenção, o que claramente implica perda de eficiência. A distribuição do medicamento torna-se mais onerosa e, portanto, menos eficiente.

Como se pode perceber, há violação direta **(i)** ao princípio da razoabilidade **(ii)** e ao art. 37 da Constituição Federal (princípios da boa-fé, da proteção da confiança, da moralidade e da eficiência) não sendo necessário qualquer exame de matéria infraconstitucional para que seja julgado o mérito do recurso extraordinário.

Portanto, deve ser afastado o enunciado sumular nº 636/STF.

<sup>7</sup> Sobre o tema (princípio da eficiência), considera-se válido trazer abaixo trechos do Voto do Ministro Alexandre de Moraes no julgamento da ADI 5.886/DF:

“Nosso texto constitucional consagrou o princípio da eficiência, como aquele que impõe à Administração Pública direta e indireta e a seus agentes a persecução do bem comum, por meio do exercício de suas competências de forma imparcial, neutra, transparente, participativa, eficaz, sem burocracia e sempre em busca da qualidade, primando pela adoção dos critérios legais e morais necessários para a melhor utilização possível dos recursos públicos, de maneira a evitar desperdícios e garantir uma maior rentabilidade social. O princípio da eficiência dirige-se para a razão e fim maior do Estado, a prestação dos serviços sociais essenciais à população, visando à adoção de todos os meios legais e morais possíveis para satisfação do bem comum. A eficiência no serviço público, portanto, está constitucionalmente direcionada tanto para as finalidades pretendidas pela atividade estatal, como para as condições necessárias para o agente público bem exercer suas funções.” (Grifou-se)

#### 4. PEDIDOS.

Ao exposto, pede-se que o presente agravo seja **conhecido e provido**, com a consequente admissão do recurso extraordinário outrora interposto.

Na oportunidade, reitera-se o pedido de que o recurso extraordinário seja provido para reformar integralmente o acórdão recorrido, reconhecendo-se o direito da ora Agravante de fruir da isenção prevista no art. 92, inc. XIV, do Anexo I do RICMS/SP na importação do medicamento RITUXIMABE e na posterior saída ao instituto Bio-Manguinhos (FIOCRUZ) para distribuição no âmbito do SUS.

Nesses termos, pede deferimento.



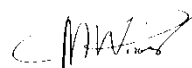
**EDUARDO MANEIRA**  
OAB/RJ nº 112.792-A



**MARCOS MAIA**  
OAB/RJ nº 146.276



**DONOVAN MAZZA LESSA**  
OAB/RJ nº 121.282



**MICHEL H. NORONHA PIRES**  
OAB/SP nº 394.180



**MARCELO FERRAZ PINHEIRO**  
OAB/SP nº 410.081